SINDIPETRO-RS
Filiado a FUP CUT

PAPO DIRETO

Informativo Semanal do Sindipetro-RS - Ano III - Nº 143 - 1º a 05/08/2016

VITÓRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS!

SINDIPETRO-RS COMEÇA A PAGAR AÇÃO DOS NÍVEIS DIA 8 DE AGOSTO

Pagamentos foram garantidos depois de muita luta e pressão - **PÁGINAS 2 e 3**

EM DIA NACIONAL DE LUTA, PETROLEIROS FAZEM ATO EM FRENTE À REFAP

Os petroleiros gaúchos participaram, dia 26 de julho, do **Dia Nacional de Luta**. A atividade, faz parte do calendário de luta deste ano e dos movimentos contra a entrega do pré-sal e a privatização da Petrobrás.

Durante a paralisação, os trabalhadores conversaram sobre a situação da empresa e as pendências do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017 e sobre o apoio a greve dos trabalhadores dos campos maduros. Diferentemente do que foi noticiado, não foi entregue a pauta nesse dia, por decisão tomada após a PlenaFUP.

O INIMIGO ESTÁ DENTRO DE CASA

Com um presidente que defende abertamente a entrega do pré-sal e que vê a venda de ativos como a forma de "salvar" a companhia, o pro-cesso de desmon-te da empresa vem sendo acelerado. Os campos madu-ros estão incluídos neste desmonte e o presidente Pedro Parente anunciou que pretende "paralisar a produção de 25 plataformas.

Para saciar o apetite privatista, foi oferecida a cessão de direitos relativos a 104 concessões terrestres, sendo 98 áreas de produção e seis blocos exploratórios localizados nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

Esquecem que, para além dos interesses da Petrobrás, esses geram empregos e serviços capazes de dinamizar as economias locais.

PAGAMENTO DAS AÇÕES DOS NÍVEIS

Depois de mais de dois anos de luta e muita pressão, os aposentados e pensionistas finalmente receberão os valores relativos às ações dos níveis (2004, 2005 e 2006), previsto na cláusula 181 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2014. O SINDIPETRO-RS inicia no dia 8 de agosto o pagamento para o primeiro de quatro grupos, na sede do Sindicato. O pagamento está sendo possível porque a FUP e seus sindicatos conseguiram incluir uma solução para estas pendências, que iniciou no ACT de 2013 e foi concluído com uma proposta concreta no ACT de 2014, beneficiando mais de 34 mil pessoas.

UM LONGO CAMINHO

Esta demanda teve início em 2007, quando o Sindicato apresentou uma proposta para representar aposentados, aposentadas e pensionistas em uma ação coletiva para buscar a incorporação dos níveis 2004, 2005 e 2006. No final de 2015, depois de oito anos de espera, teve início o processo, com assinatura da documentação para viabilizar o pagamento, que inicia agora dia 8 de agosto.

Foram vários os obstáculos vencidos. Um grupo contrário à diretoria, que estava à frente da entidade em 2007, não permitiu que a direção defendesse os seus representados. Surpreendentemente, impedindo inclusive que o Advogado pudesse prestar esclarecimentos sobre o assunto, essa atitude gerou um grande prejuízo em relação ao tempo e aos valores, a grande maioria dos aposentados, aposentadas e pensionistas do RS. Muitos dos que impediram a atuação do Sindicato, à época, hoje estão sendo beneficiados com este acordo. Novamente à frente do Sindicato, retomamos a discussão e, em 2014, ingressamos na Justiça Cível, com a ação que cobrava o pagamento dos níveis. Além disso, através de muita pressão dos sindicatos filiados a FUP, esta negociação foi incluída no Acordo Coletivo de 2013.

Os participantes também tiveram que cobrar a atuação dos representantes eleitos pelos participantes do Plano Petros, que mais de uma vez adiaram a aprovação do pagamento, com a justificativa de falta de pareceres técnicos, jurídicos e outras informações. Ou seja, os representantes que estavam lá para defender e representar os interesses, dos participantes, votaram pelo adiamento ou se abstiveram.

MUITA MOBILIZAÇÃO

O pagamento dos níveis exigiu muita mobilização dos aposentados e pensionistas. Numa das ações, ocuparam a sala do prédio da Petros onde ocorria reunião ordinária do Conselho Deliberativo, cujo principal tema era a aprovação do Parecer Técnico, exigida pelos que votaram contra o cumprimento do acordo. À época, votaram contra os trabalhadores os 3 conselheiros indicados pela patrocinadora e o conselheiro eleito pelos participantes (Silvio Sinedino), mais o conselheiro eleito, Paulo Brandão, que se absteve, assumindo um posicionamento contrário aos beneficiários.

Aposentados, aposentadas e pensionistas, também entregaram carta, ao presidente do Conselho, cobrando um cronograma para que a Petros pagasse imediatamente os níveis e estabelecesse um prazo para o cumprimento do ACT. Deixaram claro que não sairiam do prédio até terem uma posição do Conselho sobre este tema.

"APOSENTADO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO"

Durante a luta pelo pagamento dos níveis, os aposentados tiveram a oportunidade de mostrar união, mesmo sem estar mais na empresa, e também que fazem parte de uma geração, da categoria petroleira, que não abre mão de organizar-se e demonstrar força.

UM MARCO NA VIDA DOS APOSENTADOS

Essa vitória, com o pagamento dos níveis, é um grande marco para categoria. O SINDIPETRO-RS sempre esteve presente nesta luta e na defesa dos

beneficiários e do próprio Plano.

De um total de 35 mil, aposentados e pensionistas, aproximadamente 16 mil tem ações NÃO TRANSITADAS E JULGADAS, e estes terão direito a um passivo de cinco anos anteriores ao inicio das ações judiciais. O outro grupo, com 18.200 que NÃO AJUIZARAM AÇÕES, também terão direito a receber um passivo desde setembro de 2013. Lembramos que além do passivo, todos terão incorporados os níveis a que têm direito, aos seus benefícios mensais.

VÁRIAS ETAPAS

Mas a aprovação pelo Conselho da Petros, que aconteceu em final de dezembro de 2014, foi uma primeira etapa e novas etapas precisavam ser vencidas, como a criação de uma Comissão da FUP e PETROS para avaliar a fórmula de cálculo; identificação de quem teria direito a receber os níveis; realização de cálculos de cada um dos beneficiários, pois estes têm situações variadas tipo, quantos níveis e os com ou sem ações judiciais; e encaminhamento dos documentos aos beneficiários que terão de fazer a liquidação nos autos dos processos judiciais que possuem, individualmente.

O Sindicato teve de orientar, aposentados, aposentadas e pensionistas, para não assinarem o Termo de Transação Individual que foi enviado por e-mail pela Petros, já que a entidade havia entrado como substituto processual na Justiça. O Sindicato também realizou inúmeras reuniões com os participantes para orientar sobre a situação e alertar para não terem prejuízos.

Finalmente, em dezembro de 2015, teve inicio o processo de conclusão do acordo. Todos e todas, representados na ação, foram chamados para assinarem os documentos necessários, o que ocorreu até meados de março deste ano, na sede e nas delegacias de Canoas e do Litoral Norte.

Esta foi mais uma importante vitória da categoria que, mais do que nunca, mostra que lutar e preciso e fundamental.

II SEMINÁRIO DOS TRABALHADORES(AS) DA TRANSPETRO

O SINDIPETRO-RS participa, de 05 a 07 de agosto, em Salvador, do **II Seminário dos trabalhadores e trabalhadoras da Transpetro**. De caráter formativo, organizador e mobilizador o Seminário, aprovado na VI Plenafup, será um momento para debater assuntos de extrema importância para a categoria.

Com o governo interino e golpista de miSHELL e com Pedro Parente na direção do Sistema Petrobrás, a Transpetro corre grande risco de ser privatizada. Este, segundo a comissão organizadora, é um dos principais assuntos que serão abordados no encontro. Os participantes vão discutir a relevância da Transpetro no custo logístico da Petrobrás e a atual conjuntura da Transpetro.

No final será construída uma carta compromisso, assinada por trabalhadores e trabalhadoras, da subsidiária, lotados em vários estados do país.

MILHARES DIZEM "FORA TEMER" NA REDENÇÃO, EM PORTO ALEGRE

Atividades aconteceram também em outras capitais e em outros países

Os petroleiros participaram no domingo, dia 31 de julho, de mais um ato organizado pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, pedindo o fora Temer e nenhum direito a menos. A manifestação aconteceu no Parque da Redenção, em Porto Alegre, e reuniu milhares de pessoas, que a toda hora, entre uma fala e outra no carro de som, entoavam palavras de ordem, como o "Fora Temer" ou "Golpistas, fascistas, não passarão".

Durante a atividade, que durou cerca de quatro horas, lideranças das centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, marcha das mulheres, representações de movimentos da juventude, estudantes e políticos de esquerda, entre outros, se revezaram nas falas denunciando o golpe e mostrando o brutal ataque, de um governo ilegítimo, aos direitos sociais e trabalhistas. Diversos artistas, com músicas e encenações teatrais, também mostraram, através da arte, que é preciso resistir ao golpe.

O ato teve como principal eixo de debates, a retirada de direitos e as ameaças sobre a CLT, a previdência social, o SUS, entre outros temas, com mudanças que têm sido levadas adiante pelo governo golpista.

CHANTAGEM ILIMITADA

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tem alertado quanto aos ataques a direitos dos trabalhadores. Segundo o órgão, o trabalho no Brasil possui três fontes de direito: a lei em sentido amplo (Constituição, leis complementares e ordinárias e tratados internacionais, como as convenções da OIT), a negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho) e a Sentença Normativa da Justiça do Trabalho. A reforma trabalhista, nos termos propostos pelo ministro do Trabalho, que inclui a terceirização generalizada, a prevalência do negociado sobre o legislado e a retirada da vigência provisória do programa de proteção ao emprego (PPE), atinge todas essas fontes de direito, comprometendo, de forma irremediável, as conquistas laborais, mediante a flexibilização, redução ou eliminação de direitos.

TERCEIRIZAÇÃO – a proposta do miSHELL autoriza a "pejotização", permite a quarteirização, com todas as consequências que disso decorrem, como a completa ausência de garantias trabalhistas e previdenciárias, além de comprometer a representação sindical dos trabalhadores.

PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO – A principal consequência será a extinção do Direito do Trabalho como norma de ordem pública e caráter irrenunciável. Com a nova regra o patrão adquire um poder de barganha, em contrato individual, que atualmente não dispõe e o trabalhador, para preservar o essencial, o emprego, abrirá mão de direitos ou conquistas, descaracterizando a organização sindical.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DO EMPREGO (PPE) - significará uma forma de flexibilização, ainda que em menor escala que a prevalência plena do negociado sobre o legislado, já que exige a comprovação de uma situação de crise real. De qualquer forma, representará um retrocesso que, aliás, foi tentado quando da votação da lei no Congresso Nacional.

A reforma trabalhista em debate, portanto, poderá comprometer não apenas o Direito do Trabalho, que perde seu caráter irrenunciável e de ordem pública, mas também, a própria Justiça do Trabalho, que só se justifica para fazer cumprir os direitos trabalhistas. Além de inviabilizar a própria organi-zação sindical, que passará a enfrentar a pressão do trabalhador e não será mais o elo de ligação com o patrão.

RETORNO AO SÉCULO XIX

Os representantes empresariais e governamentais também propõem o retorno quase ao período medieval, cujas práticas são equivalentes ao trabalho escravo ou degradante. Líderes de importantes entidades empresariais tem defendido:

- a) intervalo de 15 minutos para almoço e, ainda assim, com o trabalhador comendo um sanduíche com uma mão e operando a máquina com a outra;
- b) jornada semanal de 80 horas;
- c) 70 anos para aposentadoria.●

XIII SEMINÁRIO DA ANAPAR EM SETEMBRO

Reunidos na sede do SINDIPETRO-RS no último dia 20, os participantes da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (ANAPAR), debateram importantes temas relacionados aos fundos de pensão, entre eles, a organização do XIII Seminário Regional Sul. O Encontro será nos dias 9 e 10 de setembro, na sede da Federação dos Bancários - Fetrafi (Rua Fernando Machado, 820 - Centro Histórico - Porto Alegre). No dia 9, será das 9h às 18h, e dia 10, das 9h às 12h. Mais informações pelo e-mail: seminarioanaparrs@terra.com.br ou pelo telefone (51) 9968.5325.

ATENDIMENTO JURÍDICO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

JURÍDICO
Trabalhista e Previdenciário – Escritório Direito Social – às quintas-feiras, das 15h30 às 18 horas. Plantão dia 17 de agosto, em Canoas e dia 31 de agosto, em Osório.
Cível e Tributária – Escritório Costa e Advogados Associados – às sextas-feiras, das 14h às 16h. Plantão dia 25 de agosto, às 10 horas.

SERVIÇO SOCIAL
Assistente Marilene da Silva João – todas as segundas-feiras das 14h às 17h30 e quintas-feiras, das 8h30 às 12h.

DUARTE, PRESENTE!

Com pesar informamos o falecimento do aposentado as-sociado **MANOEL JOSÉ DUARTE**. Ele faleceu no dia 27 de julho. Admitido em 1962 como vigilante no setor Segin, da REFAP, era sindicalizado desde 1964.

SINDIPETRO-RS
Filiado à FUP e CUT
Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS
Diretoria Resp.: Alexandre, Alfredo, Cadore, Dary, Elida, Deporte, Jader, João Aloisio, Lautert, Lameira, Maia, Marco, Marquetti, Mirian, Neide, Nilson, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral, Terterola e Toni - **Jornalista Resp.:** Nara Roxo - MTb 4436
Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone(51) 3226.2799
Del. de Canoas: Av. Vítor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - **Delegado:** Lisboa
Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, fone(51) 3663.2763 - **Delegado:** Anélio
Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br
Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br
PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL